

PERSPECTIVA FILOSÓFICA

CONTEXTUALISMO MODERADO SEM CONTEXTUALISMO RADICAL

Eduarda Calado Barbosa¹

Resumo

Este artigo objetiva apresentar uma refutação à crítica de Cappelen e Lepore (2005a) ao contextualismo moderado – versão de contextualismo semântico, segundo a qual o conjunto de expressões reconhecidamente sensíveis a contextos (indexicais, demonstrativos) precisa ser expandida para comportar outras expressões, sobre cuja sensibilidade contextual supõe-se haver evidências. Eles defendem que o contextualismo moderado é inconsistente, pois dele se segue forçosamente o contextualismo radical, cuja tese central é incompatível. No artigo, usamos alguns constrangimentos e um critério (o critério de opcionalidade) para mostrar que o contextualismo moderado explora evidências de sensibilidade contextual semântica relevante e significativa, e que esse não é o caso do contextualismo radical. Por isso, não é forçoso que o contextualismo radical se siga do contextualismo moderado.

Palavras-chave: contextualismo, inconsistência teórica, sensibilidade contextual, opcionalidade.

Abstract

This paper aims to present a refutation to Cappelen and Lepore (2005a)'s critics to moderate contextualism – a version of semantic contextualism according to which the basic set of context-sensitive expressions (indexicals, demonstratives) needs to be

¹ Mestranda - Universidade Federal da Paraíba/CNPq - Centro de Ciências Humanas Letras e Artes - Campus I, João Pessoa. E-mail: eduardacalado@hotmail.com

expanded – given some evidence – to accommodate additional context-sensitive expressions. Cappelen and Lepore argue that moderate contextualism is inconsistent, for radical contextualism – which has an incompatible central thesis – inevitably follows from its acceptance. In this paper, we use some constraints and a criterion (the optionality criterion) to show that moderate contextualism explores evidences of relevant and empirically significant context-sensitivity and that this is not the case for radical contextualism. Consequently, it is not inevitable that radical contextualism follows from moderate contextualism.

Keywords: contextualism, theoretical inconsistency, context-sensitivity, optionality.

Introdução

Consideremos as frases: “O Pico do Jabre é alto”, proferida em uma conversa sobre os pontos geográficos mais altos do estado da Paraíba; e “José é alto”, dita sobre um aluno do terceiro ano fundamental, em sua sala de aula. Se nos questionarmos acerca do significado de “alto”, em cada uma das frases, ou em que condições cada uma delas é verdadeira, provavelmente, nossa resposta seria algo do tipo: “Intuitivamente, a primeira é verdadeira se ‘alto’ significa *alto para um ponto geográfico*, e a segunda é verdadeira se ‘alto’ significa *alto para uma criança*. Quando proferimos ‘alto’, na primeira frase, o que é dito é algo como: *com mais de 800 metros acima do nível do mar*; quando dizemos ‘alto’, na segunda frase, o que é dito é algo como: *com mais de 1 metro e 30 centímetros de altura*”. Tal resposta sugere que, no estabelecimento do significado de adjetivos como “alto”, que chamaremos de comparativos², utilizamo-nos não apenas de seu sentido corrente – o que Kaplan chamou de Caráter³ – mas também de certos parâmetros relevantes, presentes em contextos de enunciação.

O caso que acabamos de explorar é um argumento típico de defensores do contextualismo semântico. O contextualismo semântico, em poucas palavras, é a

² Outros adjetivos comparativos são: “rico”, “baixo” etc.

posição segundo a qual todas ou algumas expressões (para além das do chamado *Basic Set*⁴) da linguagem comum possuem sensibilidade a variações contextuais. Cappelen e Lepore (2005a) falam mesmo em dois tipos de contextualismo: um moderado e outro radical. O contextualismo moderado defende, dada certa evidência, que a sensibilidade contextual semântica⁵ é um fenómeno que afeta uma ou outra expressão *e*, que excede o conjunto estabelecido pelo *Basic Set*. Assim sendo, seu principal objetivo é expandi-lo. O contextualista radical, por sua vez, defende um alcance geral do que chamaremos de fenómeno de *plasticidade de sentido*. Basicamente, ele sustenta que:

... a sensibilidade a contextos não afeta apenas indexicais e demonstrativos, mas possivelmente qualquer classe de expressões. Chamemos esse fenómeno de plasticidade de sentido – o fato de que ocorrências de uma mesma expressão-tipo em uma linguagem natural nem sempre expressa o mesmo *Sinn* em diferentes contextos de enunciação (LECLERC, 2009, 251).

Colocaríamos, deste modo, Travis (2000) e Bezuidenhout (2002), por exemplo, como contextualistas radicais. Enquanto Stanley (2000) figuraria como (pelo menos) simpático ao contextualismo moderado.

³ Kaplan (1989) distingue o conteúdo de uma frase (ou expressão) – algo como a proposição por ela expressa – dado em contexto, do caráter da mesma, determinado por convenções lingüísticas unicamente.

⁴A lista do *Basic Set of Context Sensitive Expressions* inclui as expressões cuja semântica é incontestavelmente considerada sensíveis a variações contextuais: pronomes pessoais, demonstrativos, advérbios de tempo e espaço, desinências que indicam tempo e modo e alguns substantivos, os *contextuals*, como “inimigo”, “estrangeiro” e etc. Para maiores detalhes de como a semântica de tais expressões é estabelecida, ler Kaplan (1989).

⁵ Seja ela quanto ao conteúdo, para o caso da indexicalidade, como parecem defender Cappelen & Lepore (2005a), seja quanto à extensão, como defende MacFarlane (2007), para o caso de uma *broader context-sensitivity*. Não teremos espaço para maiores discussões sobre o tratamento mais adequado da sensibilidade contextual, mas adotaremos a Cappelen & Lepore, por questões argumentativas.

Uma consequência dessa classificação, talvez indesejada mas inevitável⁶, é que ficamos não com uma teoria contextualista unificada, mas com dois contextualismos semânticos e duas teses centrais diferentes. E tal diferença entre versões é uma das espinhas dorsais de *Insensitive Semantics*, de Cappelen e Lepore. É, inclusive, com base nela que os autores constroem uma crítica interna à versão moderada de contextualismo. A crítica consiste em defender que, dada a semelhança de argumentação entre contextualistas moderados e radicais, os argumentos moderados são instáveis e caem, forçosamente, em contextualismo radical – que é uma teoria semântica insensata e empiricamente incorreta.

Nas seções seguintes, avaliaremos os méritos de tal crítica. Primeiramente, analisaremos os tipos de argumentação usados por contextualistas dos dois grupos. Em seguida, abordaremos a crítica de instabilidade argumentativa e mostraremos soluções alternativas a três casos que, supostamente, indicariam tal instabilidade. Por fim, discutiremos a solução e, por sua vez, também seus méritos⁷.

1 Contextualismos

Como dito há pouco, assumindo-se o tratamento de Cappelen e Lepore, o contextualismo passa a ser não uma teoria semântica unificada, mas uma teoria com duas teses nucleares distintas.

Tomemos, para começar, o caso do contextualismo radical. O contextualista radical defende uma noção bastante abrangente de sensibilidade contextual. Para ele,

⁶ Certamente, Recanati (2005) concordaria que a existência de versões de contextualismo é inevitável, pois defende uma continuidade desde o literalismo mais puro (proto-literalismo) até o eliminativismo de significados. Eles seriam partes do processo de evolução das teorias do significado, tendo os contextualismos posições intermediárias na trajetória.

⁷ Não teremos espaço para discutir as críticas de Cappelen e Lepore ao contextualismo radical. Nosso objetivo é, tão somente, lidar com as afirmações de instabilidade argumentativa do contextualismo moderado.

todas as expressões semanticamente avaliáveis de *todas* as frases da linguagem comum podem ser sensíveis a variações contextuais. Isso se daria porque frases e suas expressões componentes, a parte de contextos de elocução, expressariam apenas fragmentos proposicionais, insuficientes para a geração tanto de condições quanto de valores de verdade. Assim, apenas enunciações⁸ (e suas partes) poderiam expressar proposições completas – com condições de verdade estabelecidas e avaliáveis quanto a seu valor de verdade.

O contextualista radical se coloca, então, duas tarefas: 1) apresentar argumentos favoráveis ao tipo de sensibilidade que defende; 2) mostrar que tal sensibilidade é empiricamente relevante e afeta o conteúdo semântico. Para realizar a primeira tarefa, ele, tipicamente, evoca argumentos como o seguinte:

Tomemos a elocução:

(E1) Justine é uma filósofa⁹.

Agora, consideremos os seguintes contextos de enunciação:

(C1) Justine é uma pessoa pouco reflexiva e sem posicionamentos, muito embora seja membro do corpo docente de um departamento de filosofia. Em uma conversa na universidade onde trabalha, um professor recém-chegado pergunta qual a formação de Justine, ao que um de seus colegas de departamento responde (E1).

⁸ *Tokens* de frases, ocorrências circunstanciais (históricas) ou o que Austin (1979) chamou de convenções demonstrativas.

⁹ Exemplo retirado, e sutilmente modificado, de Cappelen e Lepore (2005a), p. 47.

(C2) Justine é uma pessoa bastante reflexiva e com posicionamentos intelectuais sobre diversas questões, muito embora não seja uma filósofa profissional. Em uma reunião familiar, seu pai enuncia (E1).

Em seguida, o contextualista pede que chequemos nossas intuições sobre uma suposta variabilidade nos valores de verdade. De acordo com ele, tais intuições indicam que, em (C1), (E1) é verdadeira, embora, em (C2), a mesma (E1) seja falsa. Isso ocorreria porque, em (C1), (E1) é verdadeira, se Justine é uma *filósofa profissional*; enquanto que, em (C2), (E1) é verdadeira, se Justine é *uma pessoa reflexiva e intelectualmente posicionada*.

Para cumprir sua segunda tarefa, por sua vez, o contextualista radical precisa mostrar que as intuições de variação não podem ser explicadas por tipos reconhecidos de sensibilidade contextual, tais como ambiguidade, polissemia, não literalidade, ou mesmo por questões de diferença cognitiva ou psicológica¹⁰.

Agora, vejamos o caso do contextualista moderado. Muito embora sua tese nuclear pareça, à primeira vista, mais modesta (ou melhor, mais moderada), suas tarefas argumentativas não são menos penosas. A primeira tarefa do contextualista moderado é, claro, apresentar argumentos a favor da tese de sensibilidade contextual de alguma *expressão e*, a ser adicionada ao *Basic Set*. Os argumentos, em geral, seguem na mesma linha do exemplo apresentado acima – da frase: “O Pico do Jabre/ José é alto”. E tais argumentos objetivam comprovar as seguintes formulações da tese moderada:

Dizer que *e* é sensível a contextos é dizer que sua contribuição para as proposições expressas pelas enunciações de frases contendo *e* varia de contexto para contexto (CAPPELEN; LEPORE, 2005a, p. 146).

¹⁰ Bezuidenhout (2002), por exemplo, está preocupada, sobretudo, em cumprir a segunda tarefa do contextualista radical.

Uma frase é sensível a contextos se e somente se ela expressa proposições diferentes relativas a contextos diferentes de uso (STANLEY, 2005,16).

A segunda tarefa do contextualista moderado é mostrar que tal sensibilidade é semântica, e não pragmaticamente motivada. Uma forma de fazê-lo é pensar em *testes de sensibilidade* para tais expressões¹¹. Uma vez cumpridas tais tarefas, restam apenas questões periféricas.

1.1 Argumentações contextualistas: argumentos de variação contextual e argumentos de incompletude

Com o intuito de realizar as tarefas expostas na seção anterior, contextualistas fazem uso de muitas estratégias em seus argumentos¹², dentre as quais duas se destacam: os argumentos de variação contextual (*Context Shifting Arguments*) e os argumentos de incompletude (*Incompleteness Arguments*).

Argumentos de variação contextual funcionam da seguinte maneira. O contextualista nos apresenta uma elocução (*E*), usada em dois (ou mais) contextos diferentes de enunciação (*C*, *C'*...). Tais exemplos são retirados de situações cotidianas de uso da linguagem comum (*L*), daí sua eficiência em despertar intuições. Essas intuições sugerem que proposições diferentes (*p* e *p'*, por exemplo), foram ditas (asseridas, enunciadas etc.) pela mesma elocução *E* nos tais contextos (diferentes)

¹¹ Como o de Stanley (2005, p.36), para adjetivos gradativos (ou comparativos como “alto”).

¹² Para algumas delas, ler o capítulo I, de Cappelen e Lepore (2005a).

apresentados (C e C' , respectivamente). Nesse ponto, o contextualista procura oferecer uma explicação para as intuições. Para ele, o conteúdo semântico de E varia, graças à influência de parâmetros relevantes, em diferentes contextos¹³, que geram conteúdos (ou valores) semânticos diferentes.

Um argumento de incompletude funciona de forma um pouco diferente. Nele também, o contextualista apresenta uma elocução E , em contextos de enunciação. Em seguida, pede que chequemos nossas intuições acerca das proposições que são geradas pela enunciação de E no(s) contexto(s) oferecido(s). A diferença está em que, no caso dos argumentos de incompletude, o contextualista deseja mostrar que uma enunciação de E , a parte de informações contextuais, é incapaz de gerar proposições completas.

Há também estratégias mistas, que combinam os dois argumentos e os dois tipos de intuições. É o caso do exemplo do Pico do Jabre/José, no início deste artigo. Nele, é possível constatar duas intuições diferentes, porém associadas: 1) de que, dependendo-se das informações em contexto, enunciações de frases contendo a expressão “alto” podem variar de conteúdo semântico; 2) de que frases com a expressão “alto” não expressam proposições completas, a parte de tais informações, o que impede a geração precisa de extensão.

Vistos os tipos de argumentação do contextualista, passemos, agora, para uma averiguação da plausibilidade da crítica interna de Cappelen e Lepore ao contextualismo moderado e sua exploração dos supostamente instáveis argumentos de variação contextual.

¹³ Alguns desses parâmetros são: falante, tempo, mundo possível. Além deles, aspectos salientes, classes de comparação, pressuposições conversacionais etc.

1.2 Um argumento moderado: adjetivos comparativos

Nesta subseção, trataremos de uma versão de contextualismo moderado: aquela que defende que adjetivos comparativos devem ser adicionados ao *Basic Set*. Primeiramente, analisaremos alguns exemplos de usos do adjetivo “baixo”, o tratamento contextualista de sua semântica e o tratamento rival, em oposição. Por fim, veremos de que vantagens o contextualista moderado dispõe – se dispõe – para se desviar da crítica de Cappelen e Lepore.

Começemos, então, por tomar os seguintes exemplos de argumentos de variação contextual:

(A) Aquele prédio é baixo.

(B) Romário é baixo.

Agora, imaginemos uma enunciação de (A), feita por um transeunte da Avenida Paulista; e uma enunciação de (B), feita por um repórter esportivo sobre o ex-atacante do Vasco, Romário. Quais as intuições quanto à semântica de “baixo”, nos casos em questão? Segundo o contextualista moderado, as intuições indicam que há uma variação na semântica da expressão – nas condições de verdade das frases das quais é parte¹⁴. No caso de (A), “Aquele prédio é baixo” é verdadeira se o prédio em questão é baixo para um prédio (algo como ter menos de 8 metros de altura). Já no caso de (B), “Romário é baixo” é verdadeira se Romário tem altura inferior à média de brasileiros adultos do sexo masculino (algo como ter em torno de 1,60 m ou menos de

altura). Em outros termos, de acordo com o tratamento contextualista, quando dizemos que “Romário é baixo”, temos em mente um grupo, ou melhor, uma *classe comparativa* à qual Romário está relacionado. Ela é tomada a partir de nosso conhecimento prévio de quem é (ou do que é Romário), ou seja, a partir de informações contextuais prévias (e por composicionalidade).

Em contrapartida, Cappelen e Lepore também possuem uma forma de tratar a semântica dos adjetivos comparativos¹⁵. E ela, é claro, rivaliza com o tratamento contextualista. Eles apelam para as noções-chave de proposição mínima¹⁶ e pluralismo dos atos de fala¹⁷. A proposição mínima é, basicamente, aquilo minimamente expresso por uma frase e seus componentes – na verdade, consiste no conteúdo compartilhado (*shared content*) entre todas as enunciações da mesma elocução e seus constituintes. Nos casos acima, por exemplo, quando um transeunte da Avenida Paulista diz “Aquele prédio é baixo”, a proposição mínima expressa pela frase seria: *aquele prédio é (simplesmente) baixo*. Qualquer variação (ou impressão de variação) no que é expresso, para Cappelen e Lepore, é gerada no âmbito do conteúdo do ato de fala, não do conteúdo semântico e, assim sendo, deve ser explicada em termos de pluralismo dos atos de fala.

O que diria o contextualista moderado a respeito da noção de proposição mínima? Primeiramente que Cappelen e Lepore sequer oferecem boas razões para

¹⁴ Alguns, como Clapp (2002), por exemplo, afirmam que o que muda são os valores de verdade. Trataremos dos casos nos quais, intuitivamente, supõe-se que as mudanças se dão no âmbito das condições de verdade das frases (contendo os adjetivos comparativos).

¹⁵ Desenvolvida também em Cappelen e Lepore (2005b).

¹⁶ Proposição minimamente expressa por uma frase, resultado da aplicação de uma gramática por um falante competente. Por exemplo, a proposição mínima expressa pela frase “Rudolf é uma rena” é que Rudolf é uma rena; a proposição mínima expressa por “Rudolf tem nariz vermelho” é Rudolf tem o nariz vermelho.

¹⁷ É a tese de que indefinidamente várias proposições são ditas, asseridas, afirmadas por uma declaração. O que é dito se estende para muito além da proposição semanticamente expressa por uma frase.

supormos que tal proposição mínima exista¹⁸. Outra objeção seria com relação ao papel comunicativo talvez dispensável ou muitíssimo limitado da proposição mínima e as repercussões que limitar o papel da semântica ao estudo das tais proposições teria para o próprio interesse geral pela semântica – que se tornaria também mínimo ou muitíssimo limitado.

Mas, afinal, o que significa ser “simplesmente baixo”? *No limite*, “simplesmente alto” e “simplesmente baixo” expressam propriedades das quais qualquer objeto com alguma dimensão vertical (da base para cima, a partir de uma superfície) pode ser uma instância. O grande problema da noção de proposição mínima – associado às questões envolvendo sua existência ou funcionalidade –, está, justamente, em que ela pode gerar dois resultados indesejados: 1) parecer absurdamente fraca (*no limite*) ou simplesmente fraca semanticamente; 2) desvirtua-se enquanto “mínima”, caso tal fraqueza semântica seja considerada insatisfatória. O primeiro resultado limita, em muito, sua funcionalidade. Ela se torna interessante apenas para os casos de erro ou não compartilhamento de contextos. O segundo resultado é escorregadio, por permitir que mais informações sejam adicionadas ao sentido mínimo (ou literal) da expressão em questão, aproximando-se, assim, arriscadamente, de soluções contextualistas. Mas, caso se queira manter a noção de proposição mínima (para adjetivos comparativos, no nosso caso), ainda faz-se necessário responder a perguntas do tipo: como determinar a extensão (dos termos componentes) de uma

¹⁸ Essa é uma objeção bem desenvolvida por McFarlane (2007).

proposição mínima? Afinal, a extensão de um termo como “simplesmente baixo” é uma função de *que para quê?* E assim por diante.

Tendo-se em vista (e aceitando-se a plausibilidade de) tais problemas, pode-se dizer que o contextualista dispõe de algumas vantagens. A principal delas é que seu tratamento dos adjetivos comparativos garante maior força semântica e, conseqüentemente, condições melhores para determinação do conteúdo semântico – desviando-se de toda a problemática ilustrada acima. E, evidências sugerem, isso ocorre em qualquer uso normal de um adjetivo comparativo.

Mas as vantagens do contextualista moderado se mantêm mais firmes se as tais evidências que sugerem um comportamento semântico de adjetivos gradativos “digno do *Basic Set*” forem guias teóricos confiáveis. Há duas formas de garantir que sim. A primeira delas é determinando um critério de acordo com o qual o apelo às classes de comparação não possa ser explicado como opcional. A segunda delas é impor restrições sobre o tipo de intuição que nos interessa¹⁹. Se tais tarefas forem cumpridas, dois grandes avanços se tornam possíveis. Primeiramente, que o tipo de evidência usado pelo contextualista moderado seja relevantemente diferente do tipo de evidência usado pelo contextualista radical, indicando, assim, um modo de evitar a passagem forçosa de uma forma de contextualismo para outra. Em segundo lugar, que isso ocorra, precisamente, porque o tipo de sensibilidade contextual em questão é mandatório.

Começemos pelas restrições. Elas podem ser resumidas em duas:

R1. As evidências intuitivas usadas em argumentos de variação contextual devem ser significativas (empiricamente), ou seja, presentes em uma amostragem ampla de casos da linguagem comum;

¹⁹ Tais medidas são apresentadas como razoáveis pelos próprios Herman Cappelen e Ernie Lepore em *Insensitive Semantics*.

R2. O tipo de sensibilidade evidenciada por tais intuições não pode ser explicado por casos empiricamente conhecidos, porém especiais, de sensibilidade semântica.

Satisfeitas tais restrições, há um critério, o de opcionalidade (ou *Optionality Criterion*), de Recanati (2004), que será útil para nossa tarefa de garantir a firmeza argumentativa do contextualismo moderado. Ele funciona, mais ou menos, como um experimento de pensamento. Diz: “Você consegue imaginar um contexto no qual as mesmas palavras são usadas normalmente e uma declaração avaliável quanto à sua verdade é feita, mesmo que tal ingrediente não seja oferecido?” (RECANATI, 2004, p. 101). Explicando melhor: primeiramente, Recanati assume que ingredientes contextuais opcionais são caracterizados pelo fato de que sua provisão não é requerida pelas convenções linguísticas que regem o tipo particular de construção (linguística) em questão. Por exemplo, o ingrediente contextual provido, no caso da nossa (E1) [Justine é filósofa], para o termo “filósofa,” não parece ser requerido, em função das convenções linguísticas que governam os usos normais do termo, mas de algum processo opcional – um uso não literal, ou ambíguo, ou vago etc.

Ora, se aplicarmos as restrições e o critério ao caso dos adjetivos comparativos, perceberemos o contrário. Primeiramente, porque parece convincente e verdadeiro supor que qualquer uso normal pede informações prévias, dadas em contexto, para a determinação precisa da extensão do adjetivo. Nossos exemplos atestam essa afirmação; e seria mesmo difícil conceber um contexto no qual “baixo”, por exemplo, fosse usado, sem recurso a classes de comparação. Já vimos que a proposição mínima pode ser um caminho, mas um caminho acidentado e problemático.

Então, é melhor evitarmos. A solução contextualista ainda mantém-se como a mais satisfatória. Assim, nossos requerimentos parecem satisfeitos.

Em segundo lugar, porque o tipo de sensibilidade que percebemos nos comparativos, não parecendo ser opcional – de acordo com o critério de opcionalidade –, não pode ser explicado por casos de sensibilidade não relevante.

Visto que o apelo das intuições deve ser apenas quanto a usos mandatórios (e relevantes) para o contextualista moderado, então, por que tais intuições forçariam qualquer conversão indesejada? Agora, parece que estamos em melhores condições de verificar se o contextualista moderado precisa mesmo se tornar radical.

2 Três casos de Cappelen e Lepore

Antes de qualquer coisa, todavia, é preciso estabelecer por que motivos exatamente Cappelen e Lepore defendem que devemos aceitar que o contextualismo radical segue-se forçosamente do contextualismo moderado. Primeiramente, porque – como já foi dito – para eles, as duas formas de contextualismo exploram intuições acerca do mesmo tipo de argumento²⁰. Eles supõem que não há boas razões para ser sensível às evidências utilizadas por moderados – intuições acerca da sensibilidade semântica de um ou outro tipo de expressão – e não o ser às evidências utilizadas por radicais – intuições acerca da sensibilidade semântica de todas as expressões da linguagem comum. Assim, segundo Cappelen e Lepore, qualquer tentativa de sustentar versões de contextualismo moderado é arbitrária. O segundo motivo é que, em

²⁰ No presente trabalho (vale salientar), desde que a objeção de Cappelen e Lepore se sustenta apenas contra argumentos de variação contextual, é apenas desse tipo de argumentação que trataremos.

princípio, seria possível criar argumentos de variação contextual para qualquer frase da linguagem comum²¹.

A primeira motivação interessa-nos mais. Eis o modo como Cappelen e Lepore a sustentam: roubam exemplos e conclusões de contextualistas radicais e as empurram como forçosamente plausíveis para os moderados. O que faremos é seguir no mesmo estilo localizado de argumentação. Inicialmente, tomaremos três casos, um de cada vez. Para cada um deles, usaremos o critério de opcionalidade e tentaremos averiguar se algum outro tratamento das intuições é possível. Na seção seguinte, reforçaremos nossa comparação com o caso dos adjetivos comparativos.

2.1 O caso do jantar de Jill

Eis o primeiro ponto que analisaremos: o caso de Jill²². Começemos – como sempre se começa em um argumento contextualista – tomando certo enunciado, no caso, (A) “Jill não comeu peixe”. Agora, imaginemos duas situações. Na primeira delas, Jill saiu para jantar, pediu peixe, mas comeu apenas os vegetais e verduras. Mais tarde, sofrendo de uma intoxicação alimentar, ela recebe a visita de um médico que pergunta ao seu acompanhante o que Jill comeu no jantar – querendo saber o que ela *ingeriu*. O acompanhante, então, profere verdadeiramente (A). Pensemos, agora, em uma segunda situação. Jill sai para jantar, pede peixe e, da mesma forma, não o come. Quando, mais

²¹ Pode-se, sim, afirmar que é possível. Contudo o tipo de intuição despertada por tais exemplos não satisfaria os critérios e as restrições que explicitamos na última seção.

²² Exemplo retirado de Cappelen e Lepore (2005a), p. 45.

tarde, os amigos discutem a conta, um deles profere (A), cuja proposição expressa é falsa, já que Jill *pediu* peixe.

Parece bem natural supormos intuições, no caso de Jill, acerca de uma variação no significado do verbo “comer”. Teríamos que, na primeira situação, “comer” quer dizer “pôr na boca”, “ingerir” e “digerir algo”. Na segunda situação, “comer” quer dizer “solicitar”, “pedir”, “comprar um prato com peixe”.

O que é realmente importante observarmos é que não parece haver qualquer necessidade mandatória de que algum ingrediente contextual seja oferecido para que “comer” constitua uma frase avaliável, informativa e relevante comunicativamente – exceto, claro, informações relacionadas a desinências e conjugação. O caso pode bem ser explicado em termos de desambiguação²³.

Assim, desde que o tipo de intuição que sustenta argumentos moderados (pelo menos nos casos com adjetivos comparativos) deva indicar que um ingrediente contextual precisa ser oferecido para que a expressão constitua uma frase avaliável, não há razão para que o moderado se sinta particularmente motivado a aceitar o caso de Jill como sendo de sensibilidade contextual relevante.

2.2 O caso do vermelho das maçãs

O próximo exemplo de que trataremos é o caso do uso de termo “vermelho”²⁴, tomado de Bezuidenhout (2002). Ele é descrito como segue:

Estamos em uma feira apanhando maçãs em um barril de maçãs sortidas. Meu filho diz: “Eis uma vermelha” e o que ele diz é

²³ Na desambiguação, uma única expressão possui uma série de significados, conhecidos pelo falante e seus interlocutores, dos quais um é discriminado ou selecionado para uma situação de uso. No caso da frase original, em inglês, “*Jill didn’t have fish for dinner*”, a desambiguação fica mais clara (do que na frase em português). O verbo “*to have*” pode ser usado nos dois sentidos apontados acima.

²⁴ Exemplo de Cappelen e Lepore (2005a), p. 44. O tratamento apresentado para o caso do vermelho das maçãs pode ser usado – com sutis modificações – para o caso de “*John went to the gym*” (p. 44-45).

verdade se a maçã for de fato vermelha. Mas, o que conta como sendo vermelho nesse contexto? Para maçãs, ser vermelha geralmente significa ter a pele vermelha, que é diferente do que normalmente queremos dizer ao chamar uma melancia de vermelha ou uma folha ou uma estrela ou cabelo vermelho. Mas mesmo quando é uma maçã que está em questão outros entendimentos do que é chamá-la de ‘vermelha’ são possíveis, dadas circunstâncias adequadas. Por exemplo, suponha agora que nós estamos mexendo em um barril de maçãs para encontrar aquelas que foram afligidas com uma horrível doença micótica. O fungo cresce do núcleo e mancha a polpa da maçã de vermelho. Meu filho corta cada maçã e coloca as boas no pote de cozinhar. As más, ele me passa. Ao cortar as maçãs ele observa: ‘Eis uma vermelha’. O que ele diz é verdade se a maçã tem a polpa vermelha, mesmo se também é uma maçã-verde (BEZUIDENHOUT, 2002, p.107, *apud.* CAPPELEN ; LEPORE, 2005a)

Segundo Bezuidenhout, então, nossas intuições sobre os diferentes usos da expressão “vermelho”, tais como apresentados acima, sugerem uma alteração na semântica do termo. Como explicar tais intuições? Para Bezuidenhout, “vermelho” pode está relacionado a aspectos (partes da maçã, por exemplo) diferentes, dependendo do contexto.

Contudo, poderíamos nos perguntar, o termo “vermelho” parece mesmo um bom exemplo de expressão sensível a contextos? Tal sensibilidade se evidencia em uma amostragem considerável de usos do termo? Há formas imediatamente reconhecidas e mais razoáveis de explicar intuições sobre variações na semântica de vermelho (para o caso citado acima)?

Não parece que, no presente exemplo, seja mandatório que ingredientes oferecidos em contexto entrem em cena para que algo semanticamente avaliável seja expresso por “vermelho”. Assim, tal expressão não respeita nosso critério de opcionalidade – visto que é possível pensar em, pelo menos, um contexto em que algo semanticamente avaliável seja dito por “Here’s a red one”. A questão é como explicar as intuições geradas.

É bem razoável que possamos explicá-las em termos de diferenças cognitivas. Quando uso o termo “vermelho” para me referir ao vermelho de um pássaro – nas penas e não no bico – ou mesmo ao vermelho da maçã – na casca e não no interior –, uso o mesmo termo por motivações pragmáticas²⁵, mas o conteúdo cognitivo daquilo que expresso por “vermelho” é distinto. O que conta como vermelho pode, sim, variar na dependência do uso que se faça do termo, mas não há por que supor que tais variações sejam semanticamente motivadas. Assim, desde que seja possível e viável discriminar quando, exatamente, as motivações pragmáticas entram em cena e onde a suposta variação é gerada – não no conteúdo semântico, mas no conteúdo cognitivo da expressão –, não há por que supor que estejamos diante de um caso de sensibilidade contextual semântica *relevante*. O exemplo nem satisfaz nossas R1 e R2 nem tampouco nosso critério. Parece tratar-se, meramente, de um uso opcional.

2.3 O caso dos sapatos de Marie

Tomemos, agora, o caso dos sapatos de Marie²⁶. A frase que colocaremos sob análise é a seguinte: (B) Justine destruiu os meus sapatos. Agora, imaginemos as seguintes situações.

²⁵ A razão pragmática mais plausível para o fato de usarmos o mesmo termo é economia. Motivos localizados para usarmos o mesmo termo “vermelho” para o interior e o exterior da maçã, por exemplo, podem originar uma convenção linguística temporal.

²⁶ Exemplo retirado, e sutilmente modificado, de Cappelen e Lepore (2005a), p. 46. O mesmo tratamento do caso dos sapatos de Marie, com algumas adaptações, pode ser usado para o caso de “*That’s a*

Contexto 1. Justine acaba de pintar com *spray* amarelo os sapatos pretos novos de sua irmã Marie que pretendia usá-los em uma festa de casamento horas mais tarde. Muitíssimo irritada, Marie profere (B) para a mãe.

Contexto 2. Justine acaba de pintar com *spray* amarelo os sapatos pretos de Marie. Contudo Marie sairá em um safári em algumas semanas, e será muito útil para ela ter sapatos que se sobressaiam na paisagem e facilitem sua localização e identificação.

Checando nossas intuições nesse caso, parece ao contextualista radical que, no Contexto 1, (B) é proferida verdadeiramente, enquanto que no Contexto 2, a mesma frase (B) é proferida falsamente – já que Justine, no segundo contexto, melhorou os sapatos de Justine. Como explicar tais intuições?

Ora, primeiramente, chequemos nossas restrições. Não parece haver uma amostragem ampla de usos de “destruir” – a expressão que parece variar em contexto – que indique sensibilidade contextual relevante. Salvo por usos especiais, o termo permanece com o mesmo lexical, as mesmas condições de uso gerais etc. Checando também nosso critério, verificamos que ele não é respeitado, visto que é possível pensarmos em usos normais do termo, nos quais frases com “destruir” são constituídas e são semanticamente avaliáveis.

dangerous dog” (p.46). Nosso último caso é o de “*Smith weighs 80 kg*” (p. 43). Nele, a intuição acerca de variação de significado é gerada, supostamente, graças à diferença de importância da informação. A ideia é que quanto maiores forem os riscos envolvidos mais flexíveis são os valores de verdade. Ora, é bastante claro que esse também é um caso de intuição gerada por um processo opcional. O termo “pesar” não se comporta de modo a variar em usos normais. O caso parece ser de *loose talk* – assim como o caso de “Smith pesa 80 kg” (CAPPELEN ; LEPORE, 2005a, p.43). Sobre *loose talk*, ler Sperber e Wilson (1986).

Assim, do mesmo modo que no caso de “comer”, salvo por questões de desinência, “destruir” permanece com o mesmo conteúdo semântico, muito embora os aspectos psicologicamente salientes para os falantes pareçam ter mudado. Quando Marie profere (B), no Contexto 1, toma como saliente os aspectos estéticos dos sapatos. Eles foram destruídos, porque não combinariam mais com seu vestido ou não poderiam ser usados em uma festa etc. Quando (B) é enunciado, no Contexto 2, o que está saliente é a funcionalidade dos sapatos. No entanto, “destruir” continua tendo o mesmo conteúdo semântico, suficientemente forte e informativo. E mais, é possível pensarmos em uma amostragem considerável de usos do termo “destruir” em que ingredientes psicologicamente salientes²⁷ não são oferecidos e uma frase semanticamente avaliável é constituída. Só para testar nosso critério, eis alguns exemplos: “Os americanos destruíram Hiroshima”; “Um incêndio destruiu a biblioteca de Alexandria”; “O objetivo de *War* é destruir os adversários” etc. Assim, só podemos supor que nossas intuições são mais bem explicadas como evidência de variação pragmaticamente motivada.

2.4 Contextualismo moderado sem instabilidade?

O que os três casos acima e o caso dos adjetivos comparativos, comparativamente, mostram-nos? A princípio, certamente, mostram que os casos dos contextualistas radicais e os casos dos contextualistas moderados exploram o mesmo tipo de evidência, intuições acerca do que é comunicado. Mas isso vale apenas como afirmação geral, desde que as intuições exploradas pelos casos localizados que vimos não sejam empiricamente significativas. Nos três casos, usos literais são comparados a

²⁷ São aspectos do mundo (eventos, propriedades, informações linguísticas etc.) que os falantes de uma situação conversacional têm em mente.

usos (frouxamente) não literais. E nenhuma das expressões apresentadas possui uma sensibilidade mandatória, relevante.

Em segundo lugar, há um critério, o critério de opcionalidade, que separa expressões com sensibilidade semântica relevante de expressões apenas especial ou opcionalmente sensíveis. E tal critério, não sendo arbitrário, pode ser usado pelo contextualista moderado para se defender da afirmação de Cappelen e Lepore de que ele é forçado a aceitar o contextualismo radical. Embora os argumentos sejam, de modo geral, semelhantes, os tipos de sensibilidade que evidenciam são distintos. As intuições, no caso dos adjetivos comparativos, evidenciam sensibilidade mandatória empiricamente significativa; as intuições, nos casos escolhidos por Cappelen e Lepore, evidenciam sensibilidade opcional e empiricamente não significativa.

Para que isso se torne ainda mais explícito, basta que os argumentos de variação contextual funcionem processualmente em algumas etapas. As três primeiras seriam puramente de exploração das intuições: 1) apresentação do caso; 2) pergunta sobre se existem intuições sobre variação de significado para o caso apresentado; 3) pergunta sobre quais são tais intuições – até aqui, moderados e radicais circulam em território comum. Em seguida, o argumento entraria nas etapas mais explicativas: 4) pergunta sobre que tipo de sensibilidade semântica evidenciam, se mandatória ou opcional; 5) checar se é possível explicar o tipo de sensibilidade evidenciada por algum tipo de processo/uso opcional.

Seguindo-se tal cartilha, é possível evitar que o contextualista moderado se veja obrigado a aceitar o contextualismo radical e sua tese central. E desde que a

posição possa não ser tomada como arbitrária e volátil, pode-se falar em contextualismo moderado sem instabilidade.

Conclusão

Neste artigo, defendemos que a crítica de Cappelen e Lepore (2005a) ao contextualismo moderado pode ser evitada pela adição de um critério – o de opcionalidade – e de algumas restrições – para as intuições exploradas por argumentos de contextualistas. Defendemos que, por meio de tais adições, a suposta instabilidade do contextualismo moderado pode ser evitada. A alegação de instabilidade se originava do fato de que o contextualismo moderado não se define como a antítese do minimalismo (a posição defendida por Cappelen e Lepore), mas como uma versão de contextualismo que reconhece evidência de sensibilidade apenas para algumas expressões. A moderação desse posicionamento, sugerem Cappelen e Lepore, é a fonte de sua volatilidade: é forçoso para o moderado, desde que explore as mesmas evidências, aceitar a posição radical. Tentamos mostrar que as evidências não são, rigorosamente, as mesmas, comparando argumentos dos radicais com argumentos dos moderados (usando adjetivos comparativos), e que, assim, não é forçoso que o contextualismo moderado seja tomado como uma posição inconsistente ou argumentativamente frágil. Quanto mais resistente o contextualismo moderado parecer, mais o *Basic Set* deve prepara-se para lançar-se em uma pequena expansão.

Referências

AUSTIN, J. “Truth”. **Philosophical Papers**. 3. ed. Oxford, Clarendon Press, 1979.

BEZUIDENHOUT, A. “Truth-Conditional Pragmatics”. **Philosophical Perspectives**, v. 16, p. 105-34, 2002.

CAPPELEN, H. ; LEPORE, E. **Insensitive semantics**: a defense of semantic minimalism and speech act pluralism. Oxford, Blackwell Publishing, 2005a.

_____. A tall tale in defense of semantic minimalism and speech act pluralism. *In*: Preyer, G. ; Peter, G. (eds.). **Contextualism in philosophy**. Oxford University Press, p.p. 197-219, 2005b. .

CLAPP, L. What unarticulated constituents could not be. *In*: CAMPBELL, J. ; O'ROUKE, M ; SHIER, D. (eds.), **Meaning and truth**: investigating philosophical semantics. New York, Seven Bridges Press, 2002, p. 231-56.

KAPLAN, D. Demonstratives. *In*: AMONG, J. ;PERRY, J. ; WETTSTEIN, H. (eds.). **Themes from Kaplan**. Oxford, Oxford University Press, p.p. 481-563, 1989a.

LECLERC, A. Meanings, actions and agreements. **Manuscrito - UNICAMP**. v. 32-1, p. 249-282, 2009.

MCFARLANE, J. Semantic minimalism and nonindexical contextualism. *In*: PREYER, G. ; PETER, G. (eds.). **Context-sensitivity and semantic minimalism**: new essays on semantics and pragmatics. Oxford, Oxford University Press, 2007. p. 240-50.

RECANATI, F. **Literal meaning**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

_____. Literalism and contextualism: some varieties. *In*: PREYER, G. ; PETER, G. (eds.). **Contextualism in philosophy**: knowledge, meaning and truth, Oxford: Oxford University Press, 2005.p.171-96.

SPERBER, D. ; WILSON, D. Loose talk. **Proceedings in Aristotelian Society**, v.86 (1985-1986), p. 53-171.

STANLEY, J. Context and logical forms. **Linguistics and Philosophy**, v. 23, p. 391-424, 2000.

_____. **Knowledge and practical interests**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

TRAVIS. C. **Unshadowed thought**: representation in thought and language. Cambridge: Harvard University Press, 2000.